

DIRECTOR · ABEL MACEDO

Ano XXI · II Série · N.º 2

Março 2006 · 2 euros

spninfo@spn.pt

spni
INFORMAÇÃO

Há cidades cor de pérola onde as mulheres
existem velozmente.

les absolutas
das interiormente pelo pensamento
neres.



Há mulheres que colocam cidades doces
e formidáveis no espaço, dentro
de ténues pérolas.

Que racham a luz de alto a baixo
e criam uma insondável ilusão.

CIDADES

MULHERES

FNE e Pró-Ordem disputam liderança da farsa e da hipocrisia

Faria Pinto

Todos conhecemos a tendência da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) e da *associação sindical* Pró-Ordem dos Professores para fazerem fretes ao Ministério da Educação (ME). Estas organizações, ditas sindicais, têm o hábito antigo de cavalgar o descontentamento dos professores, por vezes até com uma retórica corporativista radical, para, nos momentos decisivos, abandonarem os processos de luta e ajudarem o ME a aplicar, em troca de pequenas alterações, o essencial das mesmas medidas antes fingidamente contestadas. Mas até o descaramento tem limites. E no processo de luta em curso, contra o aumento e abandalhamento do horário de trabalho dos professores, o comportamento destas extensões governamentais no movimento sindical tem atingido as fimbrias do absurdo.

Se não, vejamos. No princípio alinharam na convocação de uma greve que tinha por objectivo a suspensão dos despachos dos horários. Depois, fizeram um acordo com o ME que não cortava uma vírgula ao conteúdo desses despachos. A seguir, para colmatar os fracos recursos da Inspeção, criaram um grupo de trabalho para zelar pela boa aplicação desses despachos. Como se isso não bastasse, publicaram um relatório para divulgar os *bons exemplos*, sendo um deles o de uma escola que concentra na biblioteca o piquete de professores destacados para as substituições, apontando como vantagem desta estratégia impedir que “os professores fiquem na sala de professores na maledicência” (*sic*).

Finalmente, no dia 16 de Fevereiro, a FNE emitiu um comunicado para a imprensa, exigindo a urgente conclusão do processo de reorganização dos horários dos docentes e informando ser entendimento comum ME/FNE que os professores dos 2º e 3º ciclos e do Secundário só devem ter marcadas nos seus horários actividades de enriquecimento curricular que resultem do plano de actividades definido pelo conselho pedagógico e pela assembleia de escola. Pelos vistos, as actividades de substituição que enxameiam os horários dos professores não passam de um tremendo mal-entendido das escolas!...

Por mera coincidência, no mesmo dia, e na véspera da semana de luta contra as actividades de substituição e prolongamentos de horário, Filipe do Paulo (Pró-Ordem) enviou um convite a todas as associações sindicais de professores, para uma reunião conjunta, tendo em vista uma tomada de posição e a “consertação” (*sic*) de esforços contra o Governo, que, “não satisfeito com o facto de obrigar os professores a realizarem a componente não lectiva de trabalho nas escolas, o que tem causado enorme desorganização e provocado situações de injustiça, pretender ainda que os professores deixem de ter um estatuto público e passem todos para o regime individual de trabalho”.

Cabe perguntar: será tudo isto normal, ou trata-se simplesmente de uma disputa renhida da FNE e da Pró-Ordem pela conquista do primeiro lugar no campeonato da farsa e da hipocrisia?

Tornou-se uma evidência que estas organizações dançam conforme o tango e mais não são do que aparelhos burocráticos sem qualquer ligação às escolas, aos professores e nem mesmo aos seus sócios, com uma estratégia dirigida pelo princípio da sobrevivência a todo o custo, à sombra do Poder, utilizando a propaganda da mesma forma que certas pessoas utilizam os lenços nos funerais, para esconderem a ausência de lágrimas. ▶



ilustração pedro lino / isto é

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira.

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** http://www.spn.pt

Tiragem média 26.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal nº** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Outros tempos hão-de vir



A ofensiva contra a imagem social dos professores ainda não parou de crescer. As várias forças que a alimentam, comandadas pelo Governo e o seu grande timoneiro, ainda não se cansaram. A teia montada, envolvendo muita da comunicação social que se publica hoje, e

contendo algumas figuras de ilustres escrevinhadores de livre pensamento – neoliberal, porém livre; ou não nos tentam convencer que estes dois conceitos, mais do que sinónimos, se confundem num só? –, vai funcionando, e com eficácia.

O tempo que atravessamos é, cada vez mais, de pensamento único, devidamente amplificado por uma panóplia de sofisticados meios de comunicação, que tentam pôr-nos a pensar e a falar a uma só voz, “excomungando” os focos de resistência que ainda existem, e onde, naturalmente, se incluem os sindicatos, livres, autónomos e responsáveis.

Sabemos que os sindicatos estão no primeiro ponto de mira do Poder, que o incremento de restrições e todo o tipo de dificuldades criadas ao seu regular funcionamento visam o estrangulamento da sua voz independente e o seu desprestígio social. E acabar, se possível de vez, com o incómodo de ainda ter que os ouvir, que os sentar nas mesas onde se realizam os simulacros de negociação que pautam a acção do Governo de Sócrates e, sobretudo, de ainda terem o topete – com a devida vénia ao ministro dos Negócios Estrangeiros – de dizer NÃO a um vasto conjunto de medidas que, decididas pelo Governo, são seguramente para *bem da nação*.

As medidas são incorrectas? Como assim? Estão legitimadas pelo povo português, pois já vinham do programa eleitoral e constam do Programa de Governo – ainda que muitas delas nem com lupas de muita ampliação se consigam descortinar, sequer nas mais esconas entrelinhas de tais documentos.

As medidas são apressadas? Ora, se têm que ser tomadas, tomam-se! Neste aspecto, Maria de Lurdes Rodrigues faz-nos regressar à infância e adolescência, aos livrinhos de cowboys e àqueles pistoleiros que animavam as suas páginas ao serviço da máxima “disparar primeiro e perguntar depois”.

Quem pense que estamos a tentar denegrir a imagem austera desta senhora, sempre tão preocupada com a Escola Pública, atente na seguinte declaração, vinda a público aquando da recente presença da ministra no Porto, para participar no seminário *Educação e Competitividade*:

“Como não sei se vou ter tempo, o melhor é fazer logo, comentou, referindo-se à sua decisão de ter optado pelo encerramento de escolas do 1º Ciclo antes de as condições estarem garantidas pelas autarquias” («Jornal de Notícias», 23 de Fevereiro).

Ou seja, uma ministra que, na mesma oportunidade, argumentava com o facto de 25 ministros da Educação nos 32 anos de democracia terem sido factor de instabilidade na condução da política educativa, não via que, assim, expunha a gritante falta de coerência que, entre outros aspectos, caracteriza o seu desempenho político.

Comparando, depois, o sempre deturpado absentismo dos professores com o absentismo nas caixas de supermercado, Maria de Lurdes Rodrigues não se deu conta de que o exemplo que encontrou é, em si mesmo, eloquente quanto à valorização que faz da profissão docente.

Não nos surpreendamos, pois, que o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente, que estás prestes a iniciar-se, se traduza, por parte do Governo, no “golpe de misericórdia” do aviltamento completo do profissionalismo docente.

Por isso, cerrar fileiras em torno dos seus sindicatos representativos, é hoje um desígnio incontornável dos educadores e professores. Será mesmo uma afirmação concreta de identidade profissional, com os olhos postos no futuro. ▶



felizarda barradas

Contra os despachos 16.795 e 17.387

Balanço de uma semana de Luta



JPO

Após um alargado processo de auscultação dos docentes e dos seus sindicatos, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) definiu um conjunto de iniciativas e formas de acção a desenvolver entre os dias 20 e 24 de Fevereiro, tendo como eixo central a realização de uma greve aos prolongamentos de horário no 1º Ciclo e no Pré-Escolar e às actividades de substituição nos restantes sectores de ensino.

A opção por esta forma de luta prendeu-se, essencialmente, com a percepção de que – estando os professores no limiar de uma luta que, certamente, será dura e exigirá o empenhamento de todos, para que não se deixe perder o que foi alcançado com uma outra luta igualmente dura – é necessário dosear esforços e, através de acções menos “pesadas”, afirmar uma posição de repúdio contra os despachos sobre horários e projectar essa luta para o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Na sequência de um início de ano lectivo conturbado, o segundo período continuou sob um clima de perturbação e conflitualidade, cujo único responsável é o ministério.

A constatação de que os motivos que levaram à greve de 18 de Novembro se mantinham intactos e a percepção de que está à porta a negociação do ECD, onde muitas questões que têm provocado a indignação dos docentes estarão em causa, levaram a Fenprof a convocar a semana de luta que decorreu em Fevereiro.

À partida, era evidente que este tipo de greve não permitiria a contabilização rigorosa de números de adesão, tendo em conta as suas características específicas e a grande diversidade na organização dos horários, mesmo no quadro de aplicação dos despachos 16.795 e 17.387. De qualquer forma, é possível afirmar que milhares de docentes de todos os sectores de ensino subscreveram a adesão à greve, não se tendo concretizado o prolongamento de horário em muitas escolas e jardins-de-infância e tendo ficado por cumprir milhares de aulas de substituição.

Achas para a fogueira

Bem cedo se tornou claro que esta greve incomodou o Ministério da Educação (ME) e o Governo.

Logo no primeiro dia, o primeiro-ministro veio a público – no habitual estilo arrogante e autoritário, mascarado do que alguns apelidam de determinação – criticar a greve e os professores e, numa posição de puro revanchismo, anunciar o alargamento das *aulas de substituição* ao Secundário, apelidando de conservadores aqueles que não partilhem as opiniões do governo nesta e noutras matérias.

Claro que as razões dos professores, as propostas sindicais e a constatação de que as medidas sobre horários estão a traduzir-se na descaracterização da função docente e no acentuar do desgaste profissional dos educadores e professores, são questões de somenos para quem, como a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, se assume imbuído da transcendente missão de “pôr as coisas na ordem”. +

Paralelamente, multiplicaram-se as opiniões de articulistas e comentadores, que, de forma acrítica, elogiaram as “imensas virtualidades” das medidas em curso para a viabilidade da Escola Pública, reacendendo o discurso hostil sobre os professores e, mais uma vez, subalternizando o seu papel na construção dessa Escola que, aparentemente, todos defendem.

Foi neste contexto que os educadores e professores afirmaram claramente aquilo que rejeitam e, mais uma vez, assumiram a sua abertura para a negociação de medidas que se traduzam na melhoria das aprendizagens e do sucesso educativo dos alunos.



JPO

Outras acções

Mas a luta não foi apenas a greve.

Durante a semana, foi aprovada em todo o país uma moção (pág. seguinte) contra a degradação das condições de trabalho e por uma profissão dignificada. A sua votação constituiu um momento importante, (re)unindo os docentes em torno da afirmação de que acompanharão atentamente o processo de revisão do ECD e agirão de forma determinada contra quaisquer tentativas de desfigurar a carreira consagrada no actual Estatuto e de agravar o regime e as condições de exercício profissional aí definidos.

No último dia, dirigentes e delegados dos sindicatos da Fenprof concentraram-se em Lisboa, frente ao ME, para entregar um abaixo-assinado que circulou pelas escolas e onde 50 mil docentes reafirmam a exigência de respeito pela sua profissão. Respeito que, uma vez mais, o ministério não demonstrou, não se fazendo representar por nenhum responsável, ou assessor, para receber a delegação que entregaria o abaixo-assinado – o que, de forma a marcar a sua posição, levou a Fenprof a fazer essa entrega por intermédio dos seus funcionários.

Mas a incomodidade do ME pela realização da semana de luta não se ficou por aí. Nesse mesmo dia, fez chegar às redacções o anúncio de que poderá descontar um dia de salário aos educadores e professores que, embora cumprindo o seu dia de trabalho, aderiram à greve (às actividades de substituição e aos prolongamentos de horário).

Esta posição foi imediatamente contestada pela Fenprof (ver noutro espaço desta edição), considerando que ela confirma que a actual equipa ministerial optou pela via do confronto com a legalidade e com os professores.

Se dúvidas houvesse, fica claro que os alertas do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Fenprof quanto às intenções do ME para o momento actual e para a revisão do ECD têm toda a razão de ser, exigindo que todos nos mobilizemos e façamos valer a nossa força e a vontade de defender a dignidade da profissão e os nossos direitos. ▶



JPO

“Depois de ter agravado as condições de aposentação, congelado a progressão na carreira e determinado a não contagem do tempo de serviço até Dezembro de 2006, o Governo decidiu também aumentar a carga lectiva dos professores e educadores, introduzindo na sua componente não lectiva actividades de substituição, de acompanhamento de alunos e de apoio pedagógico, num total desrespeito pelo Estatuto da Carreira Docente ainda em vigor.
(...)

Moção da Fenprof aprovada em todo o país

Contra a degradação das condições de trabalho! Por uma profissão dignificada!

Num momento em que se anuncia a revisão do ECD, onde, a fazer fé em declarações da ministra da Educação, serão postos em causa direitos duramente conquistados pela (sua) luta, os professores e educadores:

1. Manifestam o seu repúdio pelas medidas postas em prática pelo ME desde o início do ano lectivo, que se têm vindo a traduzir no desrespeito pelo conteúdo funcional da sua profissão e por normas consagradas no ECD;
2. Denunciam a ausência de alcance pedagógico de muitas destas medidas, que não contribuem para a melhoria das aprendizagens dos alunos;
3. Exigem do ME a abertura de um processo de negociação que permita alterar as orientações relativas à organização dos horários, por forma a que se reponha a legalidade e se respeite a profissão docente;
4. Afirmam a sua intenção de acompanhar atentamente todo o processo de revisão do ECD e de agir de forma determinada contra quaisquer tentativas de desfigurar a carreira consagrada no actual Estatuto e de agravar o regime e as condições de exercício profissional aí definidos”. ▶



ie / fn

Confrontado com o anúncio da possibilidade de o ME descontar um dia de salário a quem fez greve ao prolongamento de horário ou às actividades de substituição, o Secretariado Nacional da Fenprof emitiu uma nota em que afirma que accionará todos os mecanismos legais em defesa dos educadores e professores.

Ao anunciar que pondera descontar um dia de salário aos docentes que cumpriram o seu dia de trabalho, mas aderiram à greve às actividades de substituição ou aos prolongamentos de horário – ou seja, descontar um dia a quem cumpriu a componente lectiva e, depois, fez greve, a 45 minutos de componente não lectiva (por exemplo) –, o Ministério da Educação (ME) confirma que optou pela via do confronto com a legalidade e com os professores, quando mais se necessita de diálogo e negociação.

ME opta pelo confronto com a legalidade

Apesar de, no passado, os docentes portugueses terem feito greve a horas extraordinárias, a determinados tempos ou a turnos, e de, naturalmente, só lhes terem sido descontados os tempos de greve – a lei não permite outro procedimento –, os actuais responsáveis do ME ameaçam com um absurdo “fundamento jurídico”, perfeitamente irrelevante face à intenção política que lhes subjaz. Recorde-se que desde a tomada de posse do Governo, há cerca de um ano, os docentes têm sido dos principais alvos dos seus ataques, encontrando-se hoje com as carreiras congeladas, a idade de aposentação aumentada, o tempo de serviço roubado, os horários de trabalho agravados, as funções docentes abastardadas, o Estatuto da Carreira Docente desrespeitado e empobrecido de alguns artigos importantes, o regime de concursos revisto negativamente, os direitos sindicais postos em causa...

A concretizar-se a ameaça, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) accionará todos os mecanismos políticos, institucionais, jurídicos e judiciais no sentido de a contestar. Designadamente:

- apoiará todos os professores que o desejarem, sindicalizados ou não;
- solicitará audiências ao Presidente da Assembleia da República, Provedor de Justiça, Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, secretário-geral da Internacional de Educação e Presidente do Comité Europeu de Sindicatos;
- apresentará queixas junto de todos os grupos parlamentares, Tribunal Constitucional, director-geral da Organização Internacional do Trabalho e do Parlamento Europeu..

O Governo e o ME poderão pensar que, pela instauração de um clima de medo, é possível silenciar os professores ou os seus sindicatos. Enganam-se, a luta vai continuar! ▶

Em nota distribuída à imprensa, o Secretariado Nacional da Fenprof “avalia muito positivamente a semana de luta em que milhares de docentes decidiram não comparecer nos prolongamentos de horários, nem garantir as substituições e outras actividades da componente não lectiva”. Uma semana de luta que terminou com uma concentração frente ao Ministério da Educação e a entrega de um abaixo-assinado em que mais de 50 mil educadores e professores exigem respeito pela profissão docente.

A semana de 20 a 24 de Fevereiro acabou como começou – “com o ME e o Governo a desrespeitarem os professores”. O documento da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) destaca que, logo no primeiro dia da greve, “o primeiro-ministro decidiu ameaçar os professores com a realização de substituições no Ensino Secundário já a partir do próximo ano lectivo, numa clara provocação à luta dos professores, como que dizendo: Ai, protestam? Então, pró ano levam mais!” – refira-se que as substituições no Secundário são ilegais para alunos e professores.



ie / fn

Semana de greve às substituições e prolongamentos de horários José Paulo Oliveira

“Ai protestam? Então, pró ano levam mais!”

No último dia da greve, acrescenta a nota, o ministério “resolveu não receber a delegação da Fenprof que transportava a insatisfação dos professores e educadores, traduzida nas mais de 50 mil assinaturas recolhidas em todo o país, exigindo respeito pela sua profissão e pelo seu exercício profissional”, tendo designado para receber a Federação a chefe dos serviços de atendimento geral do ME – por essa razão a Fenprof decidiu não fazer deslocar nenhum dirigente, tendo o abaixo-assinado sido entregue por alguns dos seus funcionários.

Entretanto, num folheto distribuído à população durante concentração, e ao mesmo tempo que apelava à solidariedade e compreensão da opinião pública para a justa luta dos educadores e professores, a Fenprof exige o cumprimento da legislação e o respeito pelos alunos, pelos docentes e pela “boa organização pedagógica” dos estabelecimentos de ensino, recordando que “o ME recusou a disponibilidade da Fenprof para negociar a suspensão e substituição da legislação publicada em Agosto de 2005”.

Caso o Governo mantenha a intransigente posição de quero, posso e mando – a mais funesta de todas as atitudes políticas numa área tão complexa como a da Educação, que exige sensibilidade e diálogo na procura de soluções consensualizadas pelos principais actores da comunidade educativa –, só pode ter uma resposta: a continuação da luta dos educadores e professores.

EXIGIMOS
RESPEITO

No abaixo-assinado que durante algum tempo circulou pelas escolas de todo o país, recolhendo mais de 50 mil assinaturas, os educadores e professores reafirmam as suas críticas à política educativa do Governo e reclamam recursos acrescidos para as escolas, para que possam prestar um melhor serviço público, e a valorização da Escola enquanto espaço pedagógico.

Exigem, por outro lado, o reforço da sua imagem social e profissional – que tem vindo a ser sujeita a um inqualificável e injusto ataque desferido de diversos quadrantes (de entre os quais releva a área governativa) – e a abertura de um processo negocial sério, objectivo e participado que permita reverter o roubo de tempo de serviço e o congelamento de carreiras, o agravamento das condições de aposentação, o aumento do desemprego e a crescente adulteração dos horários docentes, que, articulados com a panóplia de tarefas que hoje lhes são atribuídas, contribuem para a descaracterização profunda de aspectos essenciais da profissionalidade docente. ▶



paolo pessanha

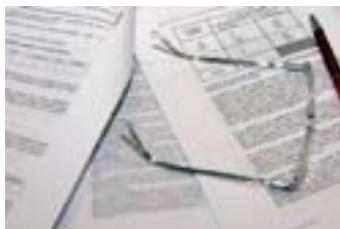
Vagas para 2006 / 2007

Grupo	Código	QE		
		+	—	saldo
Educação Pré-Escolar	100	258	434	-176
1.º CEB	110	1999	604	1395
Português/História	200	138	98	40
Português/Francês	210	40	167	-127
Português/Inglês	220	81	116	-35
Matemática/C.Natureza	230	177	123	54
EVT	240	131	254	-123
Ed. Musical	250	40	76	-36
Ed. Física	260	62	64	-2
EMRC	290	17	47	-30
Português	300	138	580	-442
latim/Grego	310	0	0	0
Francês	320	0	0	0
Inglês	330	48	418	-370
Alemão	340	0	0	0
Espanhol	350	6	2	4
História	400	65	287	-222
Filosofia	410	87	44	43
Geografia	420	37	233	-196
Economia e Contabilidade	430	13	327	-314
Matemática	500	158	236	-78
Física e Química	510	97	236	-139
Biologia e Geologia	520	97	168	-71
Ed. Tecnológica	530	47	831	-784
Electrotecnia	540	10	48	-38
Informática	550	181	43	138
Ciências Agro-Pecuárias	560	3	137	-134
Artes Visuais	600	32	290	-258
Música	610	8	3	5
Ed. Física	620	147	69	78
		4117	5935	-1818

QZP		
+	—	saldo
52	247	-195
8	1421	-1413
38	40	-2
0	16	-16
72	24	48
280	0	280
5	23	-18
11	0	11
33	0	33
0	0	0
91	148	-57
0	0	0
19	0	19
15	277	-262
0	0	0
0	0	0
164	0	164
26	6	20
28	0	28
0	2	-2
195	13	182
111	8	103
262	9	253
0	9	-9
0	1	-1
267	0	267
0	1	-1
21	11	10
0	0	0
296	0	296
1994	2256	-262

QE + QZP		
+	—	saldo
310	681	-371
2007	2025	-18
176	138	38
40	183	-143
153	140	13
457	123	334
136	277	-141
51	76	-25
95	64	31
17	47	-30
229	728	-499
0	0	0
19	0	19
63	695	-632
0	0	0
6	2	4
229	287	-58
113	50	63
65	233	-168
13	329	-316
353	249	104
208	244	-36
359	177	182
47	840	-793
10	49	-39
448	43	405
3	138	-135
53	301	-248
8	3	5
443	69	374
6111	8191	-2080

Ed. Especial 1	910	1982	0	1982
Ed. Especial 2	920	125	0	125
Ed. Especial 3	930	48	0	48
		2155	0	2155



paulo pessanha

Estabilidade das escolas, só da boca para fora

Mantendo a tendência dos últimos anos, nos quadros de escola há mais vagas a encerrar do que vagas abertas. Nos quadros de zona pedagógica, embora abram, no cômputo global, 1.994 vagas, há também, pela primeira vez, vagas a encerrar. E, logo na estreia, as suficientes para o saldo ser negativo em 262 lugares!

O quadro da página anterior não deixa ilusões a quem ainda as pudesse ter: dos 30 grupos de recrutamento, só em sete há um saldo positivo entre vagas abertas e lugares a encerrar, no que respeita a quadros de escola (QE). Globalmente, são abertas 4.117 vagas em QE, mas são propostos para encerrar 5.935 lugares, o que dá um saldo global negativo de 1.818. Se se tiver em conta que, das vagas abertas, 1.999 são no 1º Ciclo e 258 na Educação Pré-Escolar, verifica-se que só 1.860 são abertas no conjunto dos grupos de recrutamento (nova designação dos agora desaparecidos grupos de docência) dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Facilmente se confunde o Ministério da Educação com Frei Tomás, pois entre o que diz e o que faz... Bem, como num qualquer passatempo de revista de fim-de-semana, é tão fácil descobrir as diferenças!

Enche-se a boca com a palavra estabilidade, condena-se a mobilidade docente e até se aprova um regime de concursos que impede os docentes de concorrer por 2 e, futuramente, 3 anos seguidos. Mas nada de fazer aquilo que conduziria a uma verdadeira estabilidade das escolas, que seria alargar os seus quadros por forma a fazer face às suas reais necessidades. Pelo contrário, nesta matéria, o regime de concursos recentemente publicado é até mais restritivo que o que o antecedeu, deixando, por exemplo, de fazer referência à necessidade de ajustar os quadros quando haja lugares preenchidos em regime de destacamento, afectação ou contratação por mais de quatro anos.

E que dizer da regulamentação dos incentivos à fixação, pecuniários e não pecuniários, previstos no artigo 63º do Estatuto da Carreira Docente? Previstos desde 28 de Abril de 1990, sim, mas nunca regulamentados por sucessivos governos, aos quais José Sócrates faz questão de acrescentar o seu.

Golpes de magia

Voltando às vagas abertas – no caso, para os novos grupos da Educação Especial –, deparamos com mais uma mentira e uma mistificação do ME.

De facto, e apesar de haver, no presente ano escolar, cerca de 7.200 docentes destacados a exercer funções neste domínio, o ministério anunciara a abertura de 3 mil vagas para estes novos grupos, desde logo deixando claro que boa parte das necessidades não seria preenchida com a devida estabilidade, pela via da abertura de quadros, mas sim, de novo, pela via do destacamento. Ainda assim, os responsáveis da 5 de Outubro não se coibiram de anunciar um verdadeiro número de magia, ao tentar fazer passar a ideia de que aquelas 3 mil vagas representavam 6.000, com a recuperação de outras 3.000 deixadas nos grupos de origem pelos docentes que transitassem para a Educação Especial. Mas com apenas 2.155 vagas, mesmo esse passe de mágica só libertará, num máximo muito pouco expectável, outros tantos 2.155 lugares.

No que toca aos quadros de zona pedagógica (QZP), o panorama, ainda que diferente dos últimos anos, confirma a tendência. Embora haja a registar a abertura de 1.994 vagas – infinitamente melhor do que o zero absoluto do ano anterior! – no cômputo dos 30 grupos de recrutamento, Pré-Escolar e 1º Ciclo incluídos, assinala-se que há também 2.256 vagas a não recuperar (negativas), o que resulta num saldo global negativo também em QZP. Ao todo, e sem contar os lugares de Educação Especial, são 6.111 vagas abertas (positivas) e 8.191 para encerrar (negativas), a que corresponde o saldo global negativo de 2.080.

É assim que se defende a Escola pública? É assim que se defende a Educação, num país que tem das maiores taxas de insucesso escolar e de abandono precoce da Europa? Num país que tem, em pleno século XXI, cerca de um milhão de analfabetos? Num país com enormes carências de formação de activos?

Para o actual Ministério da Educação, parece que sim... ▶

Vem aí a revisão do ECD



ana alvim

A luta que os educadores e professores têm vindo a travar em torno dos despachos relativos à organização dos horários – onde está em causa, nomeadamente, a necessidade de clarificação das componentes lectiva e não lectiva dos horários – tornou clara a importância do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), que se avizinha.



A decisão de realizar a greve aos prolongamentos de horário e às actividades de substituição teve também como base a apreciação de que, face ao processo de revisão do Estatuto, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) não vai aceitar, no que diz respeito aos horários dos docentes, que o Ministério da Educação (ME) considere como ponto de partida a situação criada com aqueles despachos. Que, na opinião do Sindicato dos Professores do Norte, não só se traduzem na descaracterização da profissão como também na violação de vários aspectos do ECD.

Mas a revisão não vai incidir apenas neste aspecto específico. Um dos alertas lançados nas reuniões sindicais que temos vindo a realizar prende-se com a situação actual na Região Autónoma dos Açores, onde a Secretaria Regional de Educação pretende avançar igualmente com um processo de revisão do ECD. No conjunto das propostas já apresentadas, destaca-se a que pretende, a partir da definição do horário de trabalho consagrada no estatuto – 35 horas semanais; 25, 22 ou 20 horas lectivas, de acordo com os diferentes sectores de ensino –, “esclarecer” que, por exemplo, 22 horas lectivas são 22 vezes 60 minutos, o que corresponde a 29 tempos lectivos de 45 minutos.

Se esta proposta fosse aprovada e viesse a ser adoptada, implicaria um agravamento brutal do horário de trabalho dos docentes – mais grave no quadro do novo regime de aposentação, bem como do desemprego que, actualmente, já atinge milhares de educadores e professores.

A revisão do ECD constituirá, igualmente, uma ocasião para o Governo tentar aplicar, no plano da carreira docente, as normas do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), que, como é sabido, estabelecem um sistema de quotas para a progressão na carreira que, para os sindicatos da Administração Pública, não passam de uma forma de bloqueamento administrativo dessa progressão.

Este sistema adequa-se perfeitamente à intenção já anunciada pela ministra da Educação de instituir uma carreira docente hierarquizada, em nome da ideia de que é inaceitável uma carreira em que todos podem chegar ao topo, permitindo antever que se pretende alterar radicalmente o actual regime de avaliação do desempenho, no sentido de o adaptar a essas intenções.

Mas também poderá vir a ser alvo de tentativas de alteração todo o conjunto de normas relativas a um regime de férias, faltas e licenças adequado à especificidade da profissão docente.

Neste contexto, cabe aos educadores e professores intervir para que direitos tão arduamente conquistados em 1989/90, aquando da elaboração do ECD, não venham a ser definitivamente postos em causa em meia dúzia de reuniões, ditas de negociação, com as organizações sindicais. ▶

CCT da Fenprof mantém-se em vigor



ana alvim

Neste momento, há duas convenções colectivas em vigor nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, sendo a da Fenprof a mais vantajosa. Entretanto, já foram publicados os valores do apoio financeiro às IPSS destinado à Educação Pré-Escolar.

Na última reunião negocial realizada na sede da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), no dia 3 de Fevereiro, ficou claro que se mantém em vigor o contrato colectivo de trabalho (CCT) assinado com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (1ª Série, nº 33, de 8 de Setembro de 2004). Este contrato aplica-se aos estabelecimentos associados na AEEP e apenas aos trabalhadores sócios dos sindicatos da Fenprof e de outras organizações sindicais que o subscreveram. Isto, porque ao não (re)negociar o CCT com a Fenprof e ao apressar um novo texto com a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) e o Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação (Sinape) – que também só se aplica aos respectivos sócios –, a AEEP criou uma situação em que vigoram duas convenções colectivas substancialmente diferentes.

Convém destacar, no entanto, que o “nosso” CCT garante mais direitos aos docentes e restantes trabalhadores, designadamente nos seguintes aspectos: progressão nas carreiras, horário de trabalho dos funcionários docentes, regras quanto à elaboração do horário dos docentes, marcação do período de férias, retribuição durante as férias e diuturnidades (trabalhadores não docentes). Relativamente à questão salarial, os sócios das organizações sindicais da Fenprof não podem ser discriminados, uma vez que não é legal a diferença de salários entre trabalhadores na mesma função – qualquer situação em que paguem a uns trabalhadores as novas remunerações e a outros não, é ilegal.

Entretanto, a AEEP e a Fenprof chegaram a consenso sobre o prosseguimento de negociações e sobre a entrada em vigor de eventuais alterações que daí resultem (1 de Setembro de 2006).

Apoio financeiro às IPSS

No âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, foram já publicados no Diário da República (II Série) os despachos conjuntos nº 185 (16 de Fevereiro) e nº 200 (20 de Fevereiro), que aprovam os valores do apoio financeiro do Estado às instituições particulares de solidariedade social (IPSS), misericórdias e mutualidades no ano lectivo 2005/2006. Esses valores, por criança/mês, são de 104€ e 58,72€, respectivamente para as componentes educativa e sócioeducativa. As instituições com remunerações mensais médias dos educadores de infância superiores a 1.086€ serão compensadas pela respectiva diferença, incluindo os encargos correspondentes.

O Fundo de Compensação aprovado pelo Despacho Conjunto nº 413/99, de 16 de Março, foi fixado em 46,54€ a partir de 1 de Setembro de 2005. Os pedidos de compensação devem ser entregues de acordo com as normas divulgadas pelo Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

Por último, foi assinado um novo CCT entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) e a Fenprof. Está já depositado no Ministério de Trabalho e Emprego e aguarda publicação. ▶

“Quais são, neste momento, as possibilidades de defender os nossos direitos? Quais são as linhas de acção ao nível político-sindical e ao nível institucional?”.



Esta passagem da intervenção de Elfriede Engelmayer, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, regista a tónica que presidiu ao encontro que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) realizou naquela escola. A instabilidade profissional dos leitores que trabalham nas instituições de Ensino Superior portuguesas (nacionais e estrangeiros) e a revisão do Estatuto da

José Paulo Oliveira

Leitores universitários não são descartáveis

Carreira Docente Universitária (ECDU) foram os dois pontos em foco no oportuno debate. Dois dirigentes da Fenprof (João Cunha Serra e Nuno Rilo) e um jurista (Carlos Fraião) participaram no encontro, que revelou, com múltiplos exemplos pessoais, os difíceis “momentos de indefinição em relação ao futuro profissional” dos leitores, vítimas de uma onda de ameaças de despedimento “sem regras”, e geralmente por via postal...

“Não nos reunimos para conquistar direitos novos, mas para tentar assegurar o pouco da precária estabilidade que tivemos até agora. E a ameaça, desta vez, não parte propriamente do legislador, que muitas vezes simplesmente ignora o que é um leitor e que, por isso, muitas vezes peca por ignorância. A ameaça parte, como pudemos confirmar, das instituições onde os leitores trabalham”, observou Engelmayer, que afirmaria ainda:

“A tendência para a precarização do emprego, que avança em termos gerais e não deixará de ter reflexos na revisão do ECDU (onde o grau deixará, com toda a probabilidade, de assegurar automaticamente direitos), começa a atingir o elo mais fraco da cadeia para, eventualmente, salvaguardar lugares hierarquicamente superiores, mesmo que não se destinem a cumprir as tarefas específicas dos leitores”.

Do encontro ficou uma mensagem: os leitores universitários têm contribuído para a valorização das instituições; são cidadãos com direitos, não são “produtos descartáveis”... ▶

3+2: fórmula vencedora?

Parece que a fórmula 3+2 vai prevalecer como regra no sistema de Ensino Superior em Portugal. Assim, o 1º ciclo terá uma duração de três anos – 180 ECTS (European Credit Transfert System) –, muito por força das decisões tomadas a nível europeu e da vontade do ministério, cujo primeiro responsável já foi avisando que não concederá financiamento público a formações de duração superior. Constituirão excepção os cursos que preparam alunos para profissões cujo acesso, conforme o regulamentado em directivas comunitárias ou legislação nacional, exige formações de duração superior a três anos. Resta saber, entre muitas outras questões ainda por responder, e que inquietam a comunidade académica, o que irá passar-se com o financiamento público dos 2º e 3º ciclos. Será que o Governo se prepara para os entregar ao mercado, eximindo-se da responsabilidade de, pelo menos, os financiar na sua grande parte, sem discriminação de áreas científicas?

A «SPN-Informação» voltará a este tema em próximos números. ▶

Quem precisa do “choque tecnológico”?

De acordo com o divulgado pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior, as despesas em investigação e desenvolvimento (I&D) em 2003 tiveram uma redução de 8,5% face a 2001, passando de 0,27% para 0,26% do produto interno bruto. Estes dados revelam a persistência de um modelo de desenvolvimento assente numa economia de baixos salários e orientada para sectores produtivos de escassa inovação e reduzida complexidade tecnológica. Aliás, face ao reduzido contributo das empresas para as despesas em I&D (33%, quando a média comunitária ascende a quase 55%), é caso para perguntar para que é que os nossos empresários precisam do “choque tecnológico”, quando parecem bem viver nesta economia de baixa eficiência e reduzida produtividade, somente possível porque contam com mão-de-obra abundante a preço quase “chinês”. Daqui decorre algo bem simples: a transformação das estruturas produtivas terá de ser feita também contra boa parte da classe empresarial nacional, que, incapaz de contribuir para o inadiável up-grade tecnológico – de que depende, em boa medida, a viabilidade económica do país e o bem-estar dos cidadãos –, se tornou um sujeito colectivo supérfluo. ▶



Há cidades cor de pérola onde as mulheres
existem velozmente. Onde às vezes param e são morosas
por dentro. Há cidades absolutas
trabalhadas interiormente pelo pensamento
das mulheres.

(...)

Há mulheres que colocam cidades doces
e formidáveis no espaço, dentro
de ténues pérolas.

Que racham a luz de alto a baixo
e criam uma insondável ilusão.

(...)

Herberto Hélder
(Lugar IV, em «Poesia Toda»)

Desde que, em 1911, Clara Zetkin levou o Congresso da Internacional Socialista a assinalar o dia 8 de Março como homenagem às operárias têxteis de Nova Iorque que protagonizaram a primeira greve de mulheres, todos os anos, com mais ou menos rituais, é comemorado o Dia Internacional da Mulher – proclamado em 1975 pela Organização das Nações Unidas, que exorta todos os países a assinalar a data de forma significativa.

Revisitando esse tempo, em plena revolução industrial, dou-me conta da intemporalidade das causas que estiveram na base da greve: a longa jornada de trabalho, os salários de miséria, a inadequação dos locais de trabalho, a profunda discriminação de género. E sinto, volvidos quase dois séculos, que a desumanidade implacável dos patrões nova-iorquinos – que não tiveram pejo em incendiar a fábrica e imolar pelo fogo quem ousava sonhar uma vida mais digna – regressou nos nossos dias, travestida de pós-modernismo, mas nem por isso menos cruel. A desagregação social que marca os nossos tempos tem, significativamente, rosto de mulher. E as próprias professoras estão a ser vítimas preferenciais da implacabilidade das regras neoliberais, adoptadas pelo Estado português em matéria de relação laboral e direitos sociais. Novamente, as condições e a jornada de trabalho, as carreiras e os salários estão – quase 200 anos depois daquele 8 de Março – no cerne das preocupações dos/as trabalhadores/as, incluindo os/as professores/as. E a resposta de quem detém o poder e os meios de produção, hoje como então, é arrogante, prepotente e desumana.

Profissão feminizada

Não sendo de percepção imediata, a discriminação de género não deixa de constituir um estigma da profissão docente, tão marcadamente feminina – talvez porque a Professora preencha um espaço de afectos e memórias que facilita a transição entre o mundo da família e o mundo exterior, que a Escola tem como objectivo promover.

Assim, talvez se compreenda a razão por que a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo sejam o lugar por excelência das mulheres, respectivamente com 98,5% de educadoras e 91,1% de professoras – depois, a taxa de feminização vai diminuindo, até atingir 34,8% no Ensino Superior (com doutoramento), apesar do sucesso das mulheres na educação em geral, e no Ensino Superior em particular (64% dos diplomados). Com uma concentração tão grande de profissionais do sexo feminino, seria natural que à classe docente fossem aplicadas medidas de discriminação positiva, nomeadamente no que respeita à protecção da maternidade e de apoio à família. Sendo uma profissão com especificidades no que respeita à empregabilidade, pela precariedade absoluta que a caracteriza, deveria haver mecanismos de apoio às professoras contratadas grávidas e com filhos. Normalmente, são mulheres em plena idade fértil e com filhos de tenra idade que representam a maioria das docentes contratadas e que, frequentemente, ficam sem direito à licença de parto e aos direitos que a lei da maternidade/paternidade confere aos trabalhadores. Por outro lado, são bem conhecidos os dramas das educadoras/professoras com filhos, que são obrigadas a deixar com familiares para poderem trabalhar longe de casa.

De boas intenções...

A conciliação entre a vida profissional e familiar está, pois, muito longe de se concretizar. E penaliza claramente as mulheres, e as professoras em particular, devido às especificidades da função docente. Entretanto, não sentimos que algumas intenções expressas no programa do Governo se concretizem em medidas que facilitem e apoiem as mulheres, nomeadamente quanto ao papel que desempenham na família. Pelo contrário, penalizam-se as mulheres com o estigma do absentismo – e, por isso, da incompetência –, quando têm de faltar para dar resposta a problemas familiares.

Por tudo isto, creio que, neste 8 de Março de 2006, vale a pena lembrar entre nós, professoras e professores, aquelas mulheres que marcaram os tempos com uma luta heróica e abnegada pelo direito à dignidade como trabalhadoras e como mulheres. É que, na era do neoliberalismo, a actualidade destes valores é um bom motivo para reflectir e equacionar o futuro. ▶

Reflectir para equacionar o futuro



adriano rangel

Como surgiu a ideia de fazer um estudo sobre professoras desempregadas e contratadas?

MJT: A ideia surgiu por dois motivos. Por um lado, tínhamos consciência de que não poderíamos passar ao lado desta realidade que afecta tantas mulheres, estando nós a intervir na área do desemprego feminino. Por outro lado, apercebemo-nos que era uma realidade que não tinha sido ainda objecto de estudo. O Sindicato dos Professores do Norte interessou-se pelo trabalho e apoiou a sua divulgação com a edição de uma brochura.

É verdade que os resultados dos inquéritos realizados foram muito além das expectativas?

MJT: O estudo foi um grande desafio e trouxe-me grandes surpresas. Entrevistámos 150 docentes e ouvimos relatos inacreditáveis das situações que estavam a viver. Isso permitiu-nos conhecer bastante bem este grupo de mulheres, que não deixa de ser especial, porque é um grupo muito numeroso, com uma formação e qualificação superior, direccionada para o ensino, e que vive uma situação de excepção no que respeita ao desemprego e à precariedade.

Tinhas alguma ideia de que as professoras tinham tantos problemas?

MJT: O que conhecia era aquilo que passava na comunicação social ou o que apanhava através de conversas informais. Sabia que era uma profissão muito complicada, que implicava muitas vezes o afastamento da família, que não era fácil conseguir um lugar no quadro. Mas com a investigação consegui identificar os imensos constrangimentos que estas mulheres vivem no seu quotidiano.

**“Professoras do presente... que futuro?”
é uma brochura que resulta de um estudo realizado em 2004, integrado num projecto do Movimento Democrático de Mulheres sobre professoras desempregadas e contratadas.
A socióloga Maria João Teixeira (MJT) foi a responsável pelo estudo.**

*Entrevista conduzida por
Manuela Silva*

Professoras encurraladas entre a profissão e a família



paulo pessanha

O que mais te surpreendeu nessas entrevistas?

MJT: Conheci o caso de uma professora que tinha um horário de 6 horas semanais e que estava colocada no sul do país. E percebi que havia várias que estavam, ou já tinham vivido, numa situação semelhante. Muitas vezes, elas têm que se afastar de casa, com todas as despesas que isso acarreta, por tão pouca coisa. Mesmo assim, e ao contrário do que poderia imaginar, notei em muitas delas muita dedicação à profissão, apesar da desilusão e da revolta. É difícil suportar estas situações. Aliás, eu interrogava-me como era possível ter um horário de meia dúzia de horas e ir trabalhar com boa disposição...

A esmagadora maioria dos docentes são mulheres. Esta marca de género introduz especificidades na forma como se vive o desemprego e a precariedade?

MJT: O facto de a maioria dos docentes serem mulheres introduz problemas específicos. Os papéis de género que são atribuídos às mulheres na família, por exemplo, acabam por marcar estas professoras de forma especial. Entre as entrevistadas, há um grupo muito grande de mulheres jovens, solteiras, que têm pouco tempo de serviço, e que manifestam a sua inquietação porque querem constituir família, ter filhos, comprar casa, e se sentem completamente incapacitadas para o fazer. +

O outro grupo, de mulheres mais velhas, casadas, eram mães de crianças muito pequenas e por essa razão viviam situações muito complicadas. Tinham que deixar os filhos entregues à família e, diariamente, percorriam longas distâncias para trabalhar, procurando, sempre que possível, ir ficar a casa, apesar do desgaste da situação. Os horários de trabalho eram muitas vezes desajustados e inconciliáveis com as suas vidas familiares.

Que problemas é que elas mais referem quando falam dos filhos?

MJT: Acho que se sentem encurraladas entre a profissão e a família. Encontrei casos muito complicados, como o de uma professora que foi colocada na Madeira e que, quando falei com ela, estava lavada em lágrimas, porque tinha um filho de dois anos e outro de quatro, e tinha que os deixar entregues ao marido e à mãe. Por outro lado, no meio do desespero, ia dizendo que ainda bem que tinha conseguido aquela colocação. Isso significava, finalmente, conseguir um vínculo com o ministério. Eram desabafos cheios de contradições. A maioria das entrevistadas nessas circunstâncias deixa os filhos com os familiares, não tem condições para os levar consigo. E se querem continuar a trabalhar, têm de concorrer para todo o país e ir para onde as mandarem, o que implica o afastamento do lar e da família.



paulo pessanha



Apesar disso, as expectativas em relação ao futuro profissional são mais positivas do que seria de supor. Parece que continuam a acreditar que melhores tempos virão.

MJT: É verdade, elas acreditam que a sua situação vai mudar, embora não saibam muito bem quando, nem como. Talvez porque muitas delas continuam muito motivadas para o exercício da profissão. Mas os resultados do estudo revelam que quanto mais velhas eram as entrevistadas, menos expectativas positivas tinham.

Que apoios procuram as entrevistadas para irem aguentando as dificuldades que têm de enfrentar?

MJT: Esta situação de precariedade e desemprego leva-as a procurarem apoio, antes de mais na família. Nós perguntámos como conseguiam fazer face aos problemas quotidianos, mesmo do ponto de vista económico, e a família surgia como o grande esteio destas mulheres. Mas não deixavam de procurar ocupar-se com outras actividades que lhes dessem algum rendimento.

Esta situação também se repercute ao nível da relação entre casais?

MJT: Claro. Elas manifestam o seu constrangimento por se sentirem diminuídas. Porque estudaram, tiraram um curso e não podem contribuir para o orçamento familiar, o que as coloca num patamar de desigualdade em relação ao marido, por exemplo, ou dependentes dos pais, quando são solteiras.

A opinião pública tem consciência da situação que se vive na profissão docente?

MJT: A opinião pública está muito confusa em relação à situação dos professores, como está confusa em relação ao ensino, em geral. Sabem que os professores se deslocam, que isso configura problemas, mas estão longe de compreender os dramas e as consequências destas situações. Vivemos um momento em que a profissão docente está muito desvalorizada, o que não ajuda à compreensão destes problemas, nem à compreensão das repercussões que têm na qualidade de ensino. Eu acho que não é possível qualidade de ensino com profissionais infelizes e insatisfeitos. ▶



Tenho 28 anos e 381 dias de serviço docente.

Terminei o curso de Artes Plásticas em 2001, e aventurei-me à experiência na docência: comecei por concorrer aos mini-concursos, a responder a anúncios de escolas nos jornais e a enviar currículos para escolas privadas. Após algumas desilusões e abalos de autoconfiança, tive a primeira experiência docente numa escola privada, que abandonei no final desse ano lectivo para, de novo, me candidatar ao ensino público.

No ensino público, comecei com uma substituição de 30 dias, que não deu em mais nada. No ano seguinte, estreei-me nas colocações anuais, mantendo um compromisso como funcionária pública, sem no entanto atingir o salário mínimo nacional, pois o meu horário era de apenas seis horas semanais. Sem qualquer hipótese de vir a aumentar ou completar a carga horária – como, aliás, tentei, mas as regras davam prioridade a quem não estivesse colocado... –, no ano seguinte recusei candidatar-me a horários com menos de 10 horas. O que me manteve “de fora” até Maio, altura em que fui chamada para uma substituição de um mês para leccionar duas disciplinas.

Cecília Carvalho

Não posso viver em função de uma probabilidade irregular



adriano rangel

Aí, deparei-me com outro caso insólito: o meu grupo (17), ao contrário de outros, que correspondem a uma ou duas disciplinas específicas, dispõe de um leque bastante alargado de disciplinas, para as quais nem eu, nem com certeza muitos dos meus colegas, temos habilitações para leccionar. Declinei o horário – porque não tinha as ditas habilitações – e, conseqüentemente, fui afastada das colocações cíclicas até ao final do ano lectivo.

A frustração deste último sucedido baixou ainda mais as fracas expectativas que naturalmente vamos tendo numa carreira docente. Por isso, mais do que nunca, percebi que o meu compromisso não poderá ser com a docência, mas com algo que me permita um controlo maior da minha subsistência e das minhas aspirações profissionais.

Concluí que não posso viver em função de uma probabilidade irregular de ser professora. Nem posso desistir ou abandonar um trabalho sempre que for chamada para fazer uma substituição, ou mesmo viver na dependência deprimente da condição de subsidiada. As minhas aspirações, enquanto artista plástica, concretizam-se quer em contexto de escola, quer fora dela, e é desta forma que vejo que o trabalho que desenvolvo quando não exerço contribui sempre para um dos meus objectivos de vida.

O aspecto social na arte sempre foi um desses objectivos. E se a Escola se revela como um espaço para explorar o potencial socializador deste meio de expressão, continuarei a manter-me por perto – não para servir um sistema, mas para que a minha experiência possa servir de motivação para futuros melhores (enquanto alunos e, posteriormente, adultos concretizados).

Por isso, tento estar atenta a sinais de fraqueza ou de revolta, para poder participar no apaziguamento da relação Aluno-Escola, cumprindo o papel da formação artística, frequentemente descartada face à pouca importância que o programa curricular e a comunidade escolar, em geral, lhe concedem.

Apesar de curtas, as oportunidades que me foram surgindo permitiram-me tomar gosto pelo trabalho com jovens, que, numa proporção maior do que eu esperava, carecem de alguém que os ouça, apoie e assista.

Sinto que, de cada vez que sou contratada, a vontade de fazer mais pelos alunos me vai implicando no contexto de escola, mas deixei de viver em função dela.

Neste momento estou colocada, mas já não estava à espera. Aconteceu...

Talvez por isso o meu discurso foi tão positivo quanto à minha carreira de professora. Já tinha decidido que não ia concorrer mais, para evitar ansiedades que me desgastam. Não tenho de desistir de concretizar sonhos só porque não estou dentro da escola! ▶



Já lá vão quase 12 anos desde o dia em que, cheia de sonhos e esperanças, entrei pela primeira vez numa sala de aulas e ocupei o lugar que desde muito cedo fazia parte do meu imaginário de adolescente. É curioso que, tendo sido esse ano profundamente trabalhoso, acabou por se tornar numa experiência única e inigualável a nível pessoal e profissional.

O que mudou desde então?

Sucedeu-se um lento e paulatino desmoronar de sonhos, expectativas e teorias psicopedagógicas (ou deverei dizer pseudo pedagógicas?): um ano sem obter colocação; anos de colocação tardia; colocações (quase sempre) em horários incompletos; mudanças constantes de escola e de região... Para trás ficaram as teorias da continuidade pedagógica, o desenvolvimento de projectos devidamente enquadrados no espaço sócio-cultural envolvente, a continuidade de projectos entretanto iniciados, o adiar de projectos pessoais e familiares...

Mulher, mãe, professora e contratada... Tudo em troca de quase-nada!

Anabela Bastos



adriano rangel

O que me resta?

O esforço constante de me adaptar a novas vivências e realidades (nalguns casos bem distintas e quase antagónicas), o fim abrupto de todos os projectos iniciados em anos anteriores, a falta de meios físicos e humanos para dar resposta a todas as solicitações da Escola actual, às quais apenas conseguimos responder, ainda que parcialmente, graças a sacrifícios pessoais e até materiais que extravasam qualquer tentativa de delimitação temporal, a ausência da bendita continuidade pedagógica, o adiamento sucessivo de projectos familiares, a precariedade económica e profissional, o desconhecimento total de um futuro muito próximo e, pior do que tudo o resto, o desconhecimento profundo e generalizado do dia-a-dia da grande maioria das nossas escolas e a falta de reconhecimento público...

O que posso esperar?

Mais um ano de contrato a prazo? Mais um ano de horário incompleto? Ou será mais um ano no desemprego? Mais um adiamento de projectos e sonhos pessoais e profissionais?...

Nada disto seria dramático se apenas representasse um exemplo atípico e sem consequências para terceiros. Mas, infelizmente, trata-se de uma realidade que afecta directamente milhares de professores e, indirectamente, envolve muitas mais pessoas (sejam elas a nossa família, os alunos ou até as famílias dos nossos alunos).

Nos dias que correm, o professor é frequentemente chamado a desempenhar, em simultâneo, vários papéis: educador, psicólogo, conselheiro, amigo, tutor... Com uma tão alargada função passa a ser o "bombeiro" de serviço para acudir a todos os "alarmes" sociais, nem sempre conseguindo dar resposta a todas as solicitações, a não ser que, como por magia, fosse de repente investido de poderes sobrenaturais.

Alguém terá dito muito recentemente que educar é 20 % razão e 80% emoção. Agora revejo-me mais do que nunca nesta afirmação. Sinto que os meus alunos aprendem (ou devo dizer apreendem?) mais a forma como eu digo as coisas do que as coisas que eu

digo. O professor é cada vez mais um gestor de sentimentos (nem sempre fáceis de gerir) e a Escola um espaço emocional. O nosso profissionalismo não é uma equação simples de capacidades técnicas e horários a cumprir, porque não ensinamos só conteúdos, mas também emoções, valores, sentimentos e sensibilidades...

Vem tudo isto a propósito da comemoração do Dia Internacional da Mulher. Num tempo em que Mulher continua a rimar com "pau para toda a colher", ser mulher e professora torna-se uma dualidade extremamente "explosiva", levando a necessárias transfigurações sobrenaturais, em que o mito da Super-Mulher se torna uma realidade!

O Governo tem tomado medidas (em especial na educação) que minam quaisquer projectos de vida das mulheres, a longo ou a curto prazo. Este executivo (com a ajuda preciosa da ministra da Educação) está a redigir um novo romance que retrata a realidade de muitas cidadãs deste país: Sócrates, o destruidor de sonhos. Até quando?... ▶



Saída na hora certa, com descontos e desgostos

Virginia Paula



adriano rangel

Nasci no Porto, em 1947. Frequentei a escola Soares dos Reis, que está ligada às Artes. Comecei a trabalhar na Telescola, em 1967/68. No ano seguinte, foi feita uma reforma no sistema de ensino, numa tentativa de aproximação aos países desenvolvidos. Foram criadas disciplinas de Trabalhos Manuais Femininos e Trabalhos Manuais Masculinos, para o Ciclo Preparatório (actuais 5º e 6º anos). Desta forma, abriu-se a possibilidade de leccionação destas disciplinas aos alunos que, tal como eu, se tinham formado na Soares dos Reis, no Porto, e aos alunos provenientes da António Arroio, em Lisboa. Foi deste modo que iniciei a minha profissão como docente, ainda que continuasse a tirar o curso de Pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto.

Para começar a trabalhar nas escolas, era necessária a conhecida “cunha”, mas esta situação foi mudando com a necessidade de alargamento da rede escolar. Em 1970, com a reforma do ministro Veiga Simão, foi implementada a escolaridade obrigatória de seis anos. Aliás, já em 1910, depois da I República, a escolaridade obrigatória era de 5 anos, sendo alterada depois para 3 anos e mais tarde para 4 anos. As escolas passaram a ter uma frequência mista. Na mesma altura, a disciplina que leccionei passou a chamar-se Trabalhos Manuais.

Foram feitas experiências bastante interessantes, a nível criativo, técnico e pedagógico. O estágio para profissionalização dos docentes só se fazia depois de alguns anos de serviço, através de um concurso nacional. Fiz estágio no ano lectivo de 1975/76. No ano anterior, 1974, os professores passaram a ter 22 horas lectivas. Ainda não se falava no Estatuto da Carreira Docente, mas já se discutia o projecto (projecto este que deve continuar a ser discutido).

Foram anos de grande aprendizagem. Nas escolas viviam-se momentos de dedicação à profissão.

Passei por várias escolas no país, e em algumas delas vivi experiências muito gratificantes. Sentia-se a necessidade de regulamentar o concurso de professores a nível nacional, sempre com a ideia da máxima justiça possível.

Nestes 40 anos, tenho vindo a verificar uma desmotivação (justificada) por parte dos professores. A sociedade não valoriza o trabalho efectuado nas escolas, que, por sua vez, não têm condições de revelar o seu real trabalho.

Hoje, 23 de Fevereiro de 2006, estou quase a completar 2 meses de reformada. Sinto que saí na hora certa (mesmo com descontos e desgostos). Neste ano lectivo, no primeiro período, comecei a ter noção que não poderia admitir os “desmandos” da nossa Educação. A minha resistência tinha chegado ao fim.

Faço votos que as minhas colegas tenham coragem para enfrentar com dignidade esta bela profissão. ▶

Teresa Roby foi uma grande atriz. Com 45 anos, e na plenitude da sua carreira, foi brutalmente confrontada com uma doença em fase terminal. A quimioterapia contínua, a dificuldade em andar, a permanente falta de ar e os ataques de tosse impregnavam o seu quotidiano... Mas não faltava nunca aos ensaios!

Nessa altura, eu era a dramaturga do Teatro Bruto, e estava a escrever "As Primárias", peça que encerraria o Ciclo das Cores. A Teresa integrava o elenco. Éramos muito amigas, e eu acompanhava de perto a agonia que ela suportava estoicamente. Decidi que tinha de protegê-la, escrevendo um texto que não a obrigasse a grandes esforços.

E assim fiz: com o público na sala, as personagens/actores recusar-se-iam a fazer a peça por falta de qualidade da mesma e da pateada que tinham recebido no dia da estreia, mantendo-se nos camarins. Aproveitando a situação, os contra-regra/actores saltariam para as luzes da ribalta "papagueando" o espectáculo que sabiam de cor. As personagens/actores tinham, portanto, um papel secundário, realidade a que a Teresa não estava habituada e que lhe desagradou profundamente.

Decidiu, por isso, escrever ela própria um monólogo para a sua personagem, que, como sempre, representou notavelmente. A peça foi assinada por mim e pelo elenco, mas esta história nunca ninguém a contou.

O espectáculo terminou a sua carreira em Dezembro de 2001. Foi o último da minha amiga Teresa Roby, que morreu no Porto a 19 de Fevereiro de 2002.

Vânia Cosme,

(Academia Contemporânea
de Espectáculo)

Porto, 19 de Fevereiro de 2006

Mulher/atriz vida/palco



margarida ribeiro

Eu devia ter seguido os conselhos dos meus pais: ter tirado um curso superior, ser doutora. Mas não, tinha que me apaixonar pelo teatro, tinha que ser atriz. E o que é que eu ganhei com isto, alguém me diz?

Ao fim de 28 anos de carreira passo recibos verdes como se estivesse no primeiro emprego. Um mês sem trabalhar e já faço regras de três simples para saber como é que vou pagar a renda da casa e

comer ao mesmo tempo. Subsídio de férias e décimo-terceiro mês, vistesi-os. Está-se doente, mas trabalha-se; morre alguém da família, mas trabalha-se; morre-se de pé, como as árvores. Porque é que os actores não hão-de ser como as outras pessoas?

Nós não somos especiais; nós também lavamos a louça, engomamos, lavamos o quarto-de-banho, aspiramos, até fazemos xixi na mesma posição que as outras pessoas. Imagina se me dava um vaípe e saía do espectáculo mais cedo, também podia acontecer, eu peço imensa desculpa mas o espectáculo vai ter de acabar por aqui, voltem noutro dia, etc. e tal, que eu neste momento tenho que ir buscar o meu filho à creche. Porquê tanta admiração?

Eu, no outro dia, cheguei ao hospital para fazer um exame que estava marcado há mais de três meses; exame esse que não aconteceu porque o senhor doutor teve que sair mais cedo para ir buscar o filho ao infantário. Porque é que havia de ser diferente?

E no meio disto tudo, tenho que sobreviver com 170 contos e eles ainda querem que eu pague impostos! Drogam-se! E acho melhor eu não pensar em mais nada, porque se eu começo a imaginar como é que vai ser a minha terceira idade suicido-me já de repente! ▶

PRODEP inviabilizou formação no SPN

Desde há muito que os sindicatos de professores têm sido os principais promotores de formação contínua. Durante um longo período de tempo, foram mesmo os únicos a proporcionar formação em áreas em que nem o próprio ME intervinha. Este ano, pela primeira vez, as acções dos centros de formação do SPN não se realizarão – consequência de uma decisão política.

Em Setembro do ano passado, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e o Instituto Irene Lisboa (IIL) formalizaram candidaturas de formação ao financiamento do PRODEP III (Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal). Após a entrega dos pedidos, cabe à Estrutura de Apoio Técnico (EAT) regional analisar as candidaturas e notificar da primeira proposta de decisão.

Numa primeira análise, constatámos que os cortes ao financiamento eram mais que muitos. Com muita surpresa, verificou-se que as regras tinham sido alteradas sem conhecimento prévio das entidades formadoras e só em Novembro fomos confrontados com o pedido de justificação de algumas acções incluídas no plano para 2006. Mas, após a justificação enviada, previa-se que o financiamento iria ser alterado de forma a podermos operacionalizar a formação.

Engano nosso. A decisão tinha sido tomada e não havia alteração ao financiamento, que só comportava 12% do custo total do plano, não permitindo o regular funcionamento das estruturas de apoio à formação (obrigatórias pela própria EAT).

A decisão de cortes abruptos torna-se mais estranha quando a própria EAT refere:

- a pertinência do diagnóstico feito pelo IIL e pelo SPN;
- o facto de as temáticas abrangerem os vários níveis de ensino;
- a aposta em modalidades formativas que favorecem a formação centrada em contextos escolares e práticas profissionais;
- que os dispositivos formativos do IIL e do SPN são de elevada qualidade.

Consequentemente, já em Dezembro, foram enviados ofícios à EAT, dando conta da nossa profunda discordância face à proposta de financiamento.



ana alvim

Decisão política

Na resposta, registámos com muita estranheza o facto de a EAT “permitir” – como se de um favor se tratasse – a discordância das análises feitas, recusando, contudo, a possibilidade de atender reclamações que implicassem acréscimo de verba e apenas permitindo pedidos de alteração da estrutura de custos.

Face a esta decisão, apenas restavam ao IIL e ao SPN duas opções:

1. Ignorar os cortes e operacionalizar a formação, suportando o sindicato os restantes 88% e aceitando que foi o Ministério da Educação (ME) a financiar a formação.
2. Recusar o financiamento – que não permitia, sequer, o funcionamento de uma só acção – e não pactuar com este procedimento, denunciando o ME e as alterações aos regulamentos do financiamento.

A Direcção do SPN e a Comissão Directiva do IIL/Norte optaram pela segunda solução e, pela primeira vez, as acções dos dois centros de formação do nosso sindicato não poderão ser realizadas. Não por incumprimento de qualquer critério definido para a atribuição de financiamento, mas, certamente, por uma decisão política de quem tutela a formação contínua.

A resposta do SPN só poderia ser, também, única e exclusivamente política – não aceitamos que, por má gestão dos fundos comunitários por parte do ME, sejam as entidades formadoras a financiar a quase totalidade da formação contínua dos educadores e professores.

Aqui fica, pois, a razão por que os centros de formação do SPN e do IIL/Norte não têm formação creditada em 2006. ▶

Plano de actividades

A actividade do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) em 2006 continuará a desenvolver-se à luz dos grandes princípios orientadores da acção sindical que abraçámos quando nos constituímos como sindicato. Continuaremos a nortear o nosso trabalho por um contacto intenso com os professores nas escolas, percebendo e identificando os seus anseios, as suas dúvidas, as suas potencialidades, os constrangimentos a que está sujeito o seu trabalho, os seus desejos de mudança e de intervenção activa na construção de uma Escola melhor, mais universal e mais justa no que se refere à criação de condições de igualdade de oportunidades para todos os que a frequentam, bem como para aqueles que prematuramente a abandonaram.

Proseguiremos uma acção determinada e consistente no sentido do reforço de laços de solidariedade que devem, hoje mais que nunca, percorrer os espaços sindicais em todas as suas dimensões, desde a estritamente profissional até uma abrangência de interesses dos trabalhadores portugueses em geral e ainda dos trabalhadores de todo o mundo, educadores ou não, na criação de um lastro internacionalista orientado para a ideia de que *outro mundo é possível*, menos discriminatório e mais justo, menos egoísta e mais fraterno, menos assimétrico e mais projectado para o bem-estar de todos e para a criação de condições de vida em dignidade de todos os povos, nomeadamente no que se refere ao papel da Educação nos objectivos do milénio.

Valorizaremos e procuraremos dignificar, pela assiduidade, mas também pela qualidade da nossa intervenção, os espaços organizacionais em que participamos de pleno direito, desde a Fenprof à CGTP-IN, passando pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, pela Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, pelas Uniões de Sindicatos, bem como pelo aprofundamento de relações de amizade e proximidade com as organizações sindicais congéneres da Galiza e pela intervenção atenta e activa em espaços internacionais que cabem à Fenprof, desde a CPLP - Sindical de Educação até à Internacional de Educação. Neste âmbito, acompanharemos com particular atenção o processo, em curso, de constituição de uma Central Mundial de Trabalhadores resultante da extinção das duas principais confederações existentes e que conduzirá ao aparecimento de uma outra estrutura sindical mundial.

Num plano mais específico, mas determinante no que se refere às preocupações sociais que subjazem à nossa intervenção global, continuaremos a inscrever no orçamento 1% das nossas receitas para a área da Educação para o Desenvolvimento – matéria em que somos pioneiros no conjunto do movimento sindical docente –, procurando assim criar condições para alimentarmos projectos exequíveis que revertam para um percurso de exercício efectivo de solidariedades concretas,

assentes em boas práticas e geradoras de soluções positivas para problemas concretos, mesmo que mais ou menos pontuais.

Em 2006 inverteremos, de forma forçada, uma das vertentes características da nossa actividade de alguns anos a esta parte. Referimo-nos à formação contínua financiada pelo PRODEP, financiamento que possibilitava uma actividade regular dos nossos dois centros de formação – o do SPN e o do IIL/Norte –, prestigiados junto dos professores e com um papel reconhecido pelas instâncias reguladoras da formação contínua. Os drásticos cortes de financiamento, da responsabilidade deste Governo e desta equipa dirigente do Ministério da Educação – que, na prática, levam a zero o financiamento da importante intervenção que vínhamos desenvolvendo neste domínio – implicavam que, para prosseguirmos a nossa intervenção, tivéssemos que nos substituímos ao Estado para financiar a formação contínua de professores segundo os planos que tínhamos delineado para este ano. A decisão da Direcção do SPN foi, naturalmente, de não enveredar por esse caminho, atribuindo responsabilidades a quem efectivamente as tem e – ao mesmo tempo que assumimos que este ano não realizaremos qualquer acção de formação contínua nestes moldes – denunciando a opção política assumida neste domínio, reveladora da asfixia governamental que impende sobre a formação de professores.



De forma não substitutiva, mas alimentadora de uma preocupação central do projecto sindical que o SPN abraçou desde a sua fundação, iremos desenvolver, de forma distribuída no tempo e nas 15 Áreas Sindicais em que nos organizamos, as habituais Jornadas Pedagógicas – espaços também dirigidos para a formação dos professores que, não cumprindo todos os objectivos que orientavam a intervenção dos centros de formação, cumprem o importante papel de disponibilizar espaços de reflexão, discussão, troca de experiências e análise de problemas que significam espaços de formação profissional sempre necessários.

Durante o ano civil a que se reporta este Plano de Actividades há que salientar, pela sua importância, a realização da Conferência de Organização, uma das ideias fortes do programa da lista concorrente às últimas eleições sindicais, que a propunha para o primeiro ano de mandato da futura Direcção. Agendada para o primeiro período de 2006/07, esta realização merecerá particular atenção dos Corpos Gerentes em exercício e procurará ser um momento alto de reflexão sobre o sindicalismo, a influência do SPN, a sua inserção nas escolas e nos professores, os resultados que já atingiu e os que ambiciona atingir, os processos que norteiam a sua acção e o equacionar de novas formas de intervenção, os dilemas com que se debate a Educação e o papel dos professores. Enfim, uma reflexão larga, que se pretende crítica e criativa, e que contribua para o reforço do SPN na região Norte.

Sendo o ano de 2006 continuador da violenta ofensiva contra os professores, os seus direitos e a sua dignidade profissional, desencadeada pelo Governo desde que iniciou a sua actividade; transpondo-se de um ano civil para outro matérias e decisões que levaram já ao desencadear de fortes lutas docentes; e encontrando-se calendarizada para Março uma delicadíssima revisão do Estatuto de Carreira Docente em que se vislumbram já os contornos de nova vaga de ataque aos direitos e ao perfil profissional dos docentes, é mais que previsível o desencadear de novas acções de luta que os professores serão chamados a desenvolver.

Na defesa dos interesses da classe que representamos, regional e nacionalmente, usaremos todos os recursos de acção e de luta ao nosso alcance, desde uma imediata onda de reuniões pelas escolas até à realização de greves nacionais que venham a surgir nesse horizonte de luta, passando pela realização de plenários de professores e manifestações, entre outras formas de intervenção que se revelem ajustadas a cada momento e que contribuam para reforçar a unidade que a classe docente será, uma vez mais, chamada a demonstrar na resistência a esta ofensiva governamental.



2006 corresponde também ao ano em que o nosso órgão de informação oficial («SPN-Informação») abandona o formato de jornal e aparecerá, já a partir de Fevereiro, no formato de revista, renovado também no seu conteúdo, mais regular na sua periodicidade e mais atractivo, como se espera, no veicular da informação para os associados, esperando destes algum retorno traduzido quer na emissão de opiniões próprias, quer na colaboração que prestem ao enriquecimento da sua linha editorial. A informação mais conjuntural, mas que se revele decisiva para as escolas e os professores em cada momento, será garantida através de materiais próprios destinados a serem usados em placar sindical, através de um suporte próprio que identifique bem esse tipo de informação.

Também «A Página da Educação», já com 15 anos de vida, bem como a edição regular de livros de autor enquadrados no activo e prestigiado trabalho da ProfEdições (de que o SPN é sócio maioritário), prosseguirão a sua actividade, dando corpo a uma linha de intervenção simultaneamente aberta, crítica, atenta e interveniente sobre tudo o que vai ocorrendo no mundo da educação, e da política em geral, em Portugal e no resto do mundo.

Desenvolveremos, ainda, dentro das nossas possibilidades, uma actividade cultural resultante de iniciativas próprias ou de divulgação e apoio a outras que valorizemos devidamente, e que permita aos nossos associados usufruírem de espaços neste domínio.

O mesmo relativamente ao acrescentar de outras regalias sociais que possam ser postas ao serviço dos interesses dos sócios. Mas a tarefa central para que carrilaremos a vontade, a dedicação e o empenhamento de todos os nossos dirigentes continuará a estar voltada para o apoio e o atendimento de sócios nas 15 delegações e nos milhares de escolas que compõem a rede escolar da área geográfica da nossa intervenção, trabalho que tem que ser acompanhado por uma rede intensa e activa de delegados sindicais, devidamente ligados ao trabalho global dos dirigentes e que com estes possam interagir mais proficuamente no futuro. ▶

Orçamento do SPN para 2006

991	CUSTOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA	1.411.450,00	45,08%
9911	Encargos salariais	871.250,00	
9912	Honorários	131.200,00	
9913	Instalações	110.000,00	
9914	Comunicações	160.000,00	
9915	Despesas bancárias	45.000,00	
9916	Reparações e assistências técnicas	26.000,00	
9917	Outros custos de funcionamento	68.000,00	
992	QUOTIZAÇÕES	502.750,00	16,06%
9921	FENPROF	300.000,00	
9922	Conf. Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos	11.000,00	
9923	Universidade Popular do Porto	1.500,00	
9924	Instituto Irene Lisboa	5.000,00	
9925	ATTAC	250,00	
9926	CGTP-IN	125.000,00	
9927	União de sindicatos	60.000,00	
993	INICIATIVAS CONJUNTAS E SOLIDARIEDADE	28.650,00	0,92%
9931	Frente Comum	1.900,00	
9932	CGTP-IN	15.700,00	
9934	25 de Abril	3.000,00	
9935	FENPROF	850,00	
9937	Solidariedade com outras estruturas	550,00	
9938	Conf. Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos	650,00	
9939	Outras iniciativas	6.000,00	
994	INVESTIMENTOS	140.000,00	4,47%
9941	Equipamentos	100.000,00	
9942	Sedes	40.000,00	
995	ACTIVIDADE SINDICAL	1.022.210,00	32,65%
9951	Funcionamento da estrutura da Direcção	86.700,00	
9952	Departamentos	839.510,00	
995212	Apoio aos Sócios	167.000,00	
995213	Educação para o Desenvolvimento	31.310,00	
995215	Gestão e Avaliação do Sistema Educativo	10.000,00	
995216	Formação	55.000,00	
995217	Organização Sindical	75.000,00	
995218	Informação	482.000,00	
995219	Educação Básica	10.000,00	
995220	Ensino Secundário	700,00	
995222	Ensino Particular e Cooperativo	5.600,00	
995223	Ensino Superior	2.200,00	
995224	Educação ao Longo da Vida / Recorrente	700,00	
9953	Áreas Sindicais	96.000,00	
995311	S. M. Feira	5.100,00	
995312	S. J. Madeira	6.100,00	
995313	Braga	8.900,00	
995314	Guimarães	2.600,00	
995315	V. N. Famalicão	6.200,00	
995316	Bragança	6.200,00	
995317	Mirandela	3.000,00	
995318	Porto	28.000,00	
995319	Póvoa de Varzim	4.300,00	
995320	Amarante	8.400,00	
995321	Penafiel	2.000,00	
995322	Viana do Castelo	3.600,00	
995323	Monção	1.400,00	
995324	Vila Real	3.500,00	
995325	Chaves	6.700,00	
	TOTAL CUSTOS	3.105.060,00	
	FUNDO RESERVA	25.940,00	0,83%
9954	QUOTAS	3.131.000,00	100%

SPN – Área Sindical de Chaves

Jornadas pedagógicas "Escola, Espaço de Intervenção e Cidadania"

30 de Março 2006

Hotel Forte de S. Francisco

9h30

"As práticas docentes e a legislação em vigor"

(Adriano Teixeira de Sousa/SPN)

"Perspectivas futuras da profissão docente"

(Américo Peres e Manuela Mendonça/SPN)

14h30

"A fronteira no espaço educativo Europeu: Repensar a escola pública na Galiza e em Portugal"

"O Sistema Educativo Galego"

(Luís Ferreiro/CIG Verín)

"Ponte nas Ondas – projecto de coordenação transfronteiriço"

(Xavier Saco/Escola de Alhariz

e José Manuel Cid/Univ. de Vigo)

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Ordinária Sindicato dos Professores do Norte

29 de Março de 2006

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco a Assembleia Geral Ordinária de Sócios para o dia 29 de Março de 2006, às 16h30, a realizar descentralizadamente nas sedes do Porto e das Áreas Sindicais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Situação político-sindical
- Discussão e aprovação do Relatório e Contas de 2005

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia Geral realizar-se-á meia hora mais tarde (17h), com qualquer número de presentes.

Porto, 1 de Março de 2006

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ruth Rodrigues

MARÇO

- 02 e 03** · Seminário “ECD que temos. ECD que queremos” (Bragança, Auditório do Agrupamento de Escolas Augusto Moreno)
- 03** · Reunião da Coordenadora de Sindicatos da Frente Comum (Lisboa)
- 06 a 31** · Apoio aos educadores a professores opositores aos concursos (todas as Áreas Sindicais)
- 06** · Reunião da Comissão Executiva do SPN (Porto)
- 07** · Reunião da Direcção da Área Sindical de S. João da Madeira (sede)
- 09 e 10** · Secretariado Nacional da Fenprof (Lisboa).
- 10** · Concentração de educadores e professores da Educação Especial (Lisboa)
- 15** · Plenário da União de Sindicatos de Aveiro (Casa Sindical de Aveiro)
- 29** · Assembleia Geral do SPN (descentralizada nas sedes das Áreas Sindicais)
- 30** · Jornadas Pedagógicas: “Escola, Espaço de Intervenção e Cidadania” (Chaves, Hotel Forte de S. Francisco)
- Reunião da Comissão Especializada Permanente de Cultura e Tempos Livres da CGTP (Lisboa)
- Data a determinar** · Encontro de Dirigentes Sindicais do 1º Ciclo (Porto)

Reuniões e plenários

Aproximadamente entre finais de Janeiro e Fevereiro, em todas as Áreas Sindicais, o SPN realizou **296** reuniões de escola/agrupamento, **32** plenários e **16** reuniões concelhias. Mais de **9.000** educadores e professores assinaram as folhas de presença...

SPN, uma força que conta!

Dispensa da componente lectiva

O artigo 81º do Estatuto da Carreira Docente, alterado pelo Decreto-Lei nº 121/2005, de 26 de Julho, refere as condições em que um docente dos quadros pode ser dispensado da componente lectiva, total ou parcialmente, por decisão da junta médica, em termos *a regulamentar* por portaria do Ministério da Educação.

Para que essa dispensa seja concedida, é necessário que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- ser portador de doença que afecte directamente o exercício da função docente;
- a doença ser resultado do exercício da função docente ou ser por esta agravada;
- ser possível ao docente o desempenho de tarefas compatíveis em estabelecimento de educação ou de ensino;
- ser possível a recuperação para o cumprimento integral do exercício de funções docentes no prazo máximo de 18 meses.

A apresentação a junta médica tem lugar por iniciativa do docente ou por decisão do órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino.

Os docentes dispensados da componente lectiva são obrigatoriamente apresentados a junta médica de seis em seis meses, para confirmação da dispensa ou passagem à situação de cumprimento integral da componente lectiva.

Decorrido o prazo de 18 meses na situação de dispensa da componente lectiva, o docente comparece à junta médica para verificação da aptidão ou incapacidade para o exercício de funções docentes.

O docente que for considerado incapaz para o exercício de funções docentes, mas apto para o desempenho de outras funções, é submetido a um processo de reclassificação ou reconversão profissional, em termos *a regulamentar*.

O mesmo artigo 81º refere, ainda, que, no procedimento de reclassificação ou reconversão profissional será tido em consideração:

- o relatório da junta médica;
- as habilitações literárias e as qualificações profissionais do docente;
- as aptidões do docente relativamente à área funcional de inserção da nova carreira;
- o interesse e a conveniência do serviço onde opera a reclassificação ou reconversão profissional.

Nota: Até à data, os diplomas *regulamentares* previstos não foram publicados.

Legislação

FEVEREIRO
I Série A

06. Decreto-Lei 24/06

Altera o decreto-lei nº 74/04, de 26 de Março, que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação.

17. Decreto-Lei 34/06

Prorroga por mais um ano o regime de instalação da Direcção Geral de Formação Vocacional.

I Série B

03. Portaria 100/06

Actualiza o preço de venda de refeições nos refeitórios da Administração Pública em 2006.

06. Decreto Regulamentar 7/06

Estabelece, no âmbito da organização e gestão do currículo nacional, princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação das actividades curriculares específicas a desenvolver pelas escolas e

agrupamentos no domínio do ensino da Língua Portuguesa como língua não materna.

16. Despacho Normativo 10/06
Homologa a primeira alteração aos Estatutos do Instituto Politécnico do Porto.

II Série

02. Aviso
Classificações profissionais.

03. Aviso
Classificações profissionais.

16. Despacho 3.762/06
Rectificação ao calendário escolar.

Despacho 3.763/06
Fixa o contingente de vagas para a licença sabática no ano escolar 2006/07.

Aviso
Listas de transferência dos educadores e professores do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

17. Despacho Conjunto 95/06
Determina o montante dos apoios financeiros a conceder à Educação

Pré-Escolar no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Aviso
[Suplemento] Abertura dos concursos de educadores de infância e de professores dos ensinos Básico e Secundário para o ano escolar 2006/07.

20. Despacho 3.971/06

Calendário de Exames Nacionais para o ano 2006.

Aviso
Classificações profissionais.
Despacho Conjunto 200/06

Determina o montante dos apoios financeiros a conceder à Educação Pré-Escolar no âmbito da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social.

21. Despacho 4.038/06
[Ministério das Finanças] Tabelas de retenção para o ano 2006.

22. Aviso
Classificações profissionais.

Aviso
[Suplemento] Anexos ao aviso de

abertura dos concursos com as respectivas vagas para o ano 2006/07.

23. Aviso

Inscrição para a docência na Escola Europeia do Luxemburgo.

27. Aviso

De acordo com o artigo 13º do Regulamento de Equiparação a Bolseiro, são publicitadas as áreas temáticas que se revestem de relevância para a educação e ensino.

MARÇO

I Série A

10. Decreto-lei 27/06

Cria e define os grupos de recrutamento para efeitos de selecção e recrutamento do pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário.

II Série

03. Despacho 5.002/06

Orientações para a realização da avaliação aferida no final dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico.

O Sindicato dos Professores do Norte teve conhecimento, há poucos meses, do desenvolvimento de uma corajosa proposta lançada ao Governo e a toda a sociedade brasileira pela CNTE. Apresentamo-la nesta edição, nos seus traços essenciais, por forma a que os nossos associados dela tenham conhecimento, pois, como bem sabemos, informação deste tipo não encontra eco na comunicação social generalista, nem mesmo na, ainda que reduzida, informação dita especializada.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) quer que o Brasil aplique os recursos da dívida externa, avaliada em cerca de 503,2 biliões de reais, na melhoria da educação pública. É o que chamam de “Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação”.

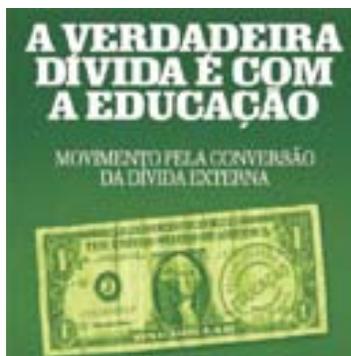
Depois de tomada esta decisão, em Novembro de 2004, a CNTE lançou, em Janeiro do ano seguinte, durante o XXIX Congresso Nacional, o Movimento pela Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação.

O primeiro passo desse movimento foi a realização, a 14 de Janeiro de 2005, frente ao Palácio do Planalto, de um acto público que reuniu milhares de trabalhadores da educação. Foi aí que a CNTE fez entrega de um documento pedindo que o Governo negociasse a proposta.

Conversão da dívida externa brasileira em recursos para a Educação

Uma proposta corajosa que enfrenta a hipocrisia

Abel Macedo



Mais tarde, em 27 de Abril de 2005, durante uma grande marcha realizada em Brasília, o Governo brasileiro aceitou discutir formas de viabilizar a proposta, tendo criado o Comité Social para Conversão da Dívida, com o objectivo de identificar possibilidades e formas de obter, pela suspensão do pagamento, mais recursos para a Educação. Com o mesmo objectivo, a Câmara de Deputados lançou a Frente Parlamentar de apoio à proposta. Entretanto, e paralelamente, é necessário e indispensável promover uma mudança estrutural, isto é, impedir que se gere um novo endividamento. De facto, em cada ano, o Governo brasileiro tem que fazer uma reserva de dinheiro para pagar a dívida. Para isso, aumenta os impostos e corta nos gastos sociais (onde é que já ouvimos isto?) – é o que se chama “superavit primário”, que em 2004 chegou a 81 biliões de reais, e que poderia despoletar verdadeiras reformas sociais.

Quem apoia

Para que a iniciativa cumpra os seus objectivos e force o Governo a encarar seriamente soluções de futuro para uma das mais importantes áreas sociais, que, no fundo, contribuíram decisivamente para levar Lula da Silva ao poder, a CNTE lançou um abaixo-assinado em prol da campanha, cuja meta é atingir um milhão de assinaturas. Na sessão de lançamento do abaixo-assinado, estiveram presentes, e apoiaram a iniciativa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), além do próprio MEC, da UNESCO e de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). +

N.R. As duas principais organizações de professores brasileiras (CNTE e Contee) fazem parte, a par da Fenprof e mais sete sindicatos, da Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores de Educação dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP-SE).

A CNTE é a maior organização de professores brasileira. Formada por 35 sindicatos (estaduais e municipais) e uma federação de trabalhadores de educação (professores e funcionários das escolas), representa de cerca de 2,5 milhões de profissionais da Educação Básica das redes públicas.



Financiamento adicional

Para se ter uma ideia da importância da iniciativa da CNTE, refira-se que o Fundef (que financia o Ensino Fundamental) teve, em 2005, um orçamento de apenas 31 bilhões reais, enquanto no ano anterior foram gastos 146 bilhões com juros e encargos da dívida. Assim, os novos recursos a afectar à Educação, e tendo como referência os Objectivos do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, aprovados em 2001, poderiam contribuir para:

- ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população até 3 anos de idade e 60% da população de 4 a 6 anos, e até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos;
- garantir transporte escolar na zona rural para alunos e professores;
- alfabetizar dez milhões de adultos em cinco anos, e erradicar o analfabetismo em dez anos;
- assegurar que, em cinco anos, todos os prédios escolares estejam adaptados com padrões mínimos de infra-estrutura para o atendimento de alunos com necessidades especiais;
- triplicar, em cada cinco anos, a oferta de cursos básicos de Educação Profissional;
- dotar as escolas indígenas, em cinco anos, com equipamento didáctico-pedagógico básico;
- regularizar o fluxo escolar, reduzindo para metade, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão;
- implementar, em todos os níveis de governo, programas de valorização profissional, recuperar os salários e implantar, gradualmente, a jornada de trabalho em tempo integral;
- garantir que, em dez anos, 70% dos professores da educação infantil e ensino fundamental tenham formação em nível superior. ▶

Da dívida ilegítima à responsabilidade social



A conversão da dívida externa em investimentos na educação, além de elevar os recursos para um sector social estratégico, compensa, ainda que parcialmente, uma injustiça histórica. Durante décadas – se não séculos –, o povo brasileiro não teve qualquer direito de opinar nem sobre a necessidade nem sobre o destino desses empréstimos. À visão meramente legalista de que dívida é dívida e, portanto, deve ser paga, contrapõe-se a responsabilidade social de credores e devedores para com a humanidade. Há um enorme fosso entre o progresso científico e tecnológico e as reais condições de vida de milhões de pessoas. Por isso, o Estado tem, cada vez mais, compromissos essenciais e intransferíveis que dependem da integridade orçamentária do país.

Neste sentido, a medida garantiria o acesso ao direito à educação para significativa parcela da sociedade, vítima de um modelo socioeconómico excludente gerado pelas oligarquias locais e pelo grande capital internacional. No Brasil, a política económica conservadora, baseada no *superavit* primário, representa uma subordinação a esse modelo que precisa, urgentemente, ser superada. Em suma, os dois lados sairiam beneficiados já que uns obteriam alívio orçamentário para os débitos e outros contribuiriam para a estabilidade socioeconómica, abrindo mão de uma dívida que é imoral, ilegítima e impagável. Nós, da CNTE, que sempre defendemos uma educação pública universal, gratuita e de qualidade para todos, estamos conscientes da grandeza do desafio que assumimos. Por isso, já temos e continuaremos buscando aliados para, juntos, pressionarmos o governo e convenceremos a sociedade de que a verdadeira dívida é com a educação. ▶

**Juçara
Dutra Vieira**
(presidente
da CNTE)

7ª Semana de Acção Mundial

A Internacional de Educação (IE) está a promover a sétima Semana de Acção Mundial, que decorrerá de 24 a 30 de Abril, sob o lema “Todas as crianças precisam de um professor”. O objectivo é convencer os governos a redobrem esforços no sentido de que todas as crianças do mundo tenham efectivo acesso a um ensino de qualidade prestado por professores qualificados.

Este ano, as actividades da SAM serão centradas no papel dos professores. De acordo com a IE, é necessário recrutar, no mínimo, 15 milhões de professores, apenas para assegurar o objectivo de uma educação primária universal. Estes, devem ser devidamente formados e preparados, mas devem também trabalhar em condições apropriadas, usufruir de um estatuto e um salário dignos, e ser devidamente respeitados pela sociedade. A iniciativa, realizada no âmbito da Campanha Mundial pela Educação, pretende, também, relembrar o compromisso de assegurar uma Educação Para Todos até 2015, assumido por 180 governos aquando do Fórum Mundial sobre Educação realizado em 2000 – um desiderato assumido pelas Nações Unidas no âmbito dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

Em Portugal, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e os sindicatos que a constituem vão decidir sobre as formas de envolvimento que serão adoptadas, a nível nacional e/ou regional. ▶



MDM apresentou «Kit Igualdade»

Realizou-se no dia 24 de Janeiro, na Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, a apresentação do «Kit Igualdade», desenvolvido pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) no âmbito do projecto “Participar | Partilhar a Igualdade”. Instrumento de discussão e consciencialização para o tema da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, o *kit* foi concebido para ser utilizado com jovens que frequentam o 3º Ciclo e o Ensino Secundário. A caixa contém: dossier com textos de apoio e sugestões de actividades; powerpoint sobre a evolução dos direitos das mulheres; transparências sobre temas diversos; material promocional do projecto; e brochuras do MDM sobre várias temáticas relacionadas com a igualdade de oportunidades.



Para obter o *kit*, ou informações complementares, os interessados podem contactar o MDM/Feira: 256 362 123 (telefone/fax), 912 570 390, mdmfeira@mdmulheres.com ou Rua de S. Nicolau, 33 - 2º, Sala U (4520-248 S. M. da Feira). ▶

Poesia e fotografia num abraço solidário

Há momentos em que a obra feita regressa à condição de projecto, refazendo-se com novo objectivo. Neste caso, um projecto com objectivo de solidariedade, assinado por José Manuel Soares (professor e fotógrafo) e Manuel António Pina (jornalista, poeta e autor de literatura infantil). Fotógrafo e poeta encontraram-se recentemente, e logo se fizeram cúmplices. Dessa cumplicidade, nasceu «Palavras Não» – um mosaico solidário, de imagens e poemas, cujos direitos de autor reverterem integralmente para a Assistência Médica Internacional (AMI). “Ao passo que a escrita de Manuel António Pina revela um cariz simultaneamente sentido e reflexivo, de tom irónico e pendor filosofante, a fotografia de José Manuel Soares retrata um mundo de afectos humanizante e humanizado”, refere a editora (Fólio Edições). E no prefácio, Sílvia Maria Gonçalves confere: “Vejo, olho com olhos de ver, e as imagens dizem versos e os versos são poemas de cor e luz”. «Palavras Não» foi apresentado no Fórum Cultural de Ermesinde, durante o espectáculo “Variações sobre uma Guitarra/Sons Solidários”, em que participaram o Balletteatro do Porto, Rocha Ferreira (guitarra portuguesa)



ursula zenger

e Manuel Valdez (viola), e cuja receita também reverteu para a AMI. A Assistência Médica Internacional é uma organização não governamental portuguesa, privada, apolítica e sem fins lucrativos. Fundada em 5 de Dezembro de 1984, pelo médico Fernando Nobre, tem desempenhado um papel fundamental na luta contra o subdesenvolvimento, a fome e as sequelas de guerra, em qualquer parte do Mundo onde a presença de equipas médicas seja o único recurso para as vítimas. ▶

Vai no Batalha...

Depois de uma década fechado ao Porto e ao lazer, o Cinema Batalha reabriu no dia 10 de Março, com um concerto da brasileira Ive Mendes. Com programação cultural definida e serviços variados, a música e o teatro ocuparão o espaço principal do “novo” edifício – a sala grande, que, desde 1908, servia a Sétima Arte (primeiro denominada Novo Salão High-Life, e mais tarde, em 1913, Cinema Batalha). Mas cinema, em princípio, só haverá mesmo na Sala Bebé, onde as exhibições deverão ser asseguradas pela comunidade cineclubista, em regime de protocolo. Relativamente a concertos, a programação é garantida pelo acordo celebrado entre o Gabinete Comércio Vivo (Câmara Municipal e Associação dos Comerciantes do Porto) e a produtora Música no Coração. Para se “devolver” à cidade, o Batalha vai ter as portas abertas durante a tarde e noite (pelo menos até às 2h da madrugada), e no edifício funcionarão um café/restaurante, uma esplanada e um bar. Este último interagirá com os espectáculos, podendo assumir noites temáticas em consonância com a estética de cada espectáculo. ▶



paulo pessanha



António Baldaia

Sem teias de aranha

Primeiro foi o ritmo a chamar a atenção, algo de rumba ou flamenco (os especialistas talvez digam folk). Depois foi a voz, a um tempo débil e profunda, rouca e mimada, submissa, mas também indignada e revoltada: *Una vez más, no por favor, / que estoy cansada y no puedo / con el corazón. / Una vez más, no, mi amor. / Por favor no grites / que los niños están durmiendo /.../ Voy a volverme como el fuego, / voy a quemar tu puño de acero / y del morao de mis mejillas / saldrá el valor para cobrarme las heridas. / Malo, malo, malo eres, / no se daña a quien se quiere. / ...*

Parei o carro, e liguei para a TSF, a perguntar o que tinham passado antes das notícias daquela meia-noite. Puseram-me em contacto com o animador da emissão, que deu o seu melhor: *chama-se Bebé e é latina; não lhe sei dizer mais nada, porque está no computador, em play-list...*

Suspeito que houve um tempo em que a radiofonia era habitada por gente – agora prevalecem os cucos que anunciam as horas –, mas agradei a informação ao computador. E pus-me à descoberta.

Encontrei «Pafuera Telarañas» e encomendei-o. Devorei-o até me apropriar dele, e partilhei-o até o perder. Felizmente, passados uns meses, as prateleiras da Fnac já o tinham em exposição, apesar de nunca mais o ter ouvido na rádio.

Mas quem é, então, de quem aqui se fala?

Nieves Rebolledo (Bebe, sem acento) nasceu em Valência (Maio de 78), mas afirma-se *extremeña* de Badajoz e arredores. Filha de músicos do grupo Surberina, desde cedo iniciou a aprendizagem musical. Praticante no circuito de bares, emigrou para Madrid e colaborou com gente consagrada (Luís Pastor). Em 2003, foi convidada a gravar um disco.

«Pafuera Telarañas» saiu em Agosto de 2004 e vendeu mais de 250 mil exemplares, tendo sido eleito álbum do ano – um conjunto de canções socialmente comprometidas, escritas num feminino peculiar, por onde transcorre a vida quotidiana, e que falam de amores e desamores, de paixão e languidez, de amor à Terra e de auto-suficiência feminina, de impaciência e de raiva.

Há um ano, o «El País» referia que, com “Malo” (atrás citada), Bebe se tinha convertido num fenómeno social. Ela rejeita: “Eu não sou a consciência de ninguém. Não podemos fechar os olhos perante o que se passa com as mulheres, com os homens, mas denunciar isso é uma responsabilidade de todos. Estou comprometida, mas não tenho bandeira. Comprometidos, temos que estar todos, e não só cantando”.

Desde aquela meia-noite, tenho dito aos amigos e conhecidos – e neste plural também cabem as amigas e conhecidas – que este era o disco que eu gostaria de oferecer a todas as mulheres; que a Bebe era a artista com quem eu assinalaria um Dia Internacional da Mulher. Na impossibilidade, remeto para a janela da «SPN-Informação» (www.spn.pt), onde vão estar duas canções – não mais, para que não percam a vontade de correr a encomendar o disco. ▶

O PR e a política educativa

No dia em que esta revista estará a ser impressa, Cavaco Silva sucede a Jorge Sampaio na Presidência da República.

O candidato da direita ganhou com uma escassa maioria absoluta, e vai ser o Presidente de todos os portugueses – a contragosto de quase tantos quantos os que lhe estenderam a passadeira, mas enfim.

A fechar esta edição, ocorreu-me recuperar os “conteúdos programáticos” de Cavaco para a área da Educação.

Cliquei o site da candidatura, mas já está desactivado – ao contrário dos restantes

ex-candidatos, mas enfim. Pesquisei várias outras páginas da net, mas enfim...

Por acaso, tinha guardado um recorte do «Público» (3 de Dezembro), em que os então candidatos respondiam a perguntas sobre política educativa. Cavaco Silva respondeu o que segue.

“Qual a política educativa de que Portugal precisa: uma política centrada na escola pública ou a abertura para o mercado da educação?”

[...] A política educativa terá de estar centrada na convergência de esforços

e na mobilização dos recursos disponíveis para um aumento da qualidade da educação, independentemente do estatuto público ou privado das instituições envolvidas.

É a favor ou contra a autonomia das escolas e em que sentido acha que esta autonomia devia evoluir?

[...] Uma maior autonomia das escolas é desejável. Porém, ela não pode ser concebida em abstracto e dissociada da indispensável reorganização do sistema de ensino e da concretização de um modelo de avaliação do seu desempenho. O desafio da educação exige um maior e mais responsável envolvimento dos cidadãos e das comunidades locais na vida das escolas. Só assim se poderá concretizar a ideia de autonomia”.

E é tudo. Muito? Pouco? Nada? ▶ A.B.



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DE 05862006MPC
PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

spni

INFORMAÇÃO

nesta edição

02 a abrir

FNE e Pró-Ordem disputam liderança da farsa e da hipocrisia

03 editorial

Outros tempos não-de vir

04 acção sindical

Balanco de uma semana de luta

Na sequência de um início de ano lectivo conturbado, o segundo período continuou sob um clima de perturbação e conflitualidade. A constatação de que os motivos que levaram à greve de 18 de Novembro se mantinham e a percepção de que muitas questões estarão em jogo na revisão do ECD que se aproxima, levaram a Fenprof a convocar a semana de luta que decorreu em Fevereiro, e que terminou com a entrega, no Ministério da Educação, de um abaixo-assinado em que mais de 50 mil educadores e professores exigem respeito pela profissão docente.

08 ME opta pelo confronto com a legalidade

11 Estabilidade das escolas, só da boca para fora

12 Vem aí a revisão do ECD

14 do superior

Leitores universitários não são descartáveis

15 destaque

8 de Março, Mulher

Proclamado pela ONU em 1975, o Dia Internacional da Mulher é comemorado desde 1911 em homenagem às operárias têxteis de Nova Iorque que levaram a cabo a primeira greve de mulheres de que há registo. Quase 200 anos depois, as condições de trabalho, os horários laborais e as questões salariais continuam a ser uma preocupação das trabalhadoras, incluindo as professoras. Encurraladas entre a família e a profissão, as educadoras e professoras vivem situações particularmente delicadas.

16 Reflectir para equacionar o futuro

17 Encurraladas entre a profissão e a família

19 Viver em função de uma probabilidade irregular

20 Tudo em troca de quase nada

21 Saída na hora certa, com descontos e desgostos

22 Mulher/actriz, vida/palco

23 notícias do spn

PRODEP inviabilizou formação

27 consultório jurídico

Dispensa da componente lectiva

28 Internacional

Uma proposta corajosa que enfrenta a hipocrisia

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação quer que os recursos da dívida externa brasileira sejam investidos na educação pública, sob a forma de financiamento adicional.

29 Da dívida ilegítima à responsabilidade social

31 a fechar

O PR e a politica educativa